

O AUMENTO DE IMPERFEITO E AORISTO EM GREGO ANTIGO : UMA ABORDAGEM FONOLÓGICA

Gissele Chapanski *

1. INTRODUÇÃO

O aumento é, juntamente com as desinências de passado, parte formativa dos tempos verbais **imperfeito** e **aoristo** no grego antigo. Não raro, ele é classificado como um prefixo. Denominação que pode ser mais ou menos pertinente de acordo com os mecanismos teóricos escolhidos para explicar sua formação. Embora se trate de um fenômeno de comportamento idêntico nos dois tempos verbais mencionados, aqui será analisado apenas o aumento do imperfeito. Isso porque, enquanto o aoristo tem um radical verbal próprio, característico, o imperfeito vale-se do mesmo radical que o tempo presente. Assim, os verbos, cuja entrada lexical é dada pelo presente, são, a princípio, mais reconhecíveis no imperfeito do que no aoristo. Isso faz das formas de imperfeito as mais adequadas à exemplificação e à observação dos fenômenos fonológicos que envolvem o aumento.

Vale ainda lembrar que o que chamamos aqui de grego antigo (GA) é, especificamente, a variante ática dessa língua contida em documentos que remontam aproximadamente ao Período Clássico (séculos IV-V a. C.). Dialectos de outros locais e períodos só ganharão menção quando indispensáveis para a abordagem de alguma particularidade do grego ático.

2. LINGÜÍSTICA CONTEMPORÂNEA E LÍNGUAS “MORTAS”

Quando, em meu íntimo, recito o ABC para mim mesmo, qual é o critério de que estou fazendo o mesmo que um outro que o recita para si em silêncio?

Wittgenstein, *Investigações filosóficas*.

Ao pensarmos em travar contato com línguas cujo último falante morreu há mais de 2000 anos, é natural que nos deparemos com um vasto rol de incertezas. Trata-se de sistemas lingüísticos aos quais não mais equivale um arcabouço de práticas e que, para recobrem sua imagem de **língua**, devem ter vários de seus aspectos fundamentais estimados, reconstituídos, por lingüistas ou filólogos. O que

* Mestranda em Lingüística pela Universidade Federal do Paraná.

nos resta dessas línguas é o registro escrito – e não há sequer para este uma leitura¹ definitiva. A própria pronúncia dos grafemas, a prosódia, a entoação, tudo, enfim, em que a escrita é irremediavelmente omissa é remontado, reconstituído, e, portanto, em grande parte, controverso.

Isso, não raro, faz com que línguas que já não possuem falantes sejam tomadas pela própria comunidade lingüística, não como objeto – válido e justificável em si –, mas como instrumental de estudo, cuja observação e descrição só se justificam a partir do que possam vir a significar em relação às análises de línguas “vivas”. Assim as línguas clássicas seriam observadas como meros substratos das línguas que ainda possuem falantes, como meios de entender e justificar fenômenos nestas manifestos, de remontar à sua formação e história. Ora, essa é, sem dúvida, uma utilidade valorosa e inegável do estudo de línguas antigas, porém não a única. É possível, sim, valermos-nos de teorias lingüísticas modernas para o estudo descritivo e analítico de línguas antigas, fazendo delas objetos de estudo em si. E não se trata aqui de negarmos as dificuldades inerentes a esse trabalho. Elas são fato: primeiramente, não há como testar a aceitabilidade de estruturas, já que o falante não mais existe. Perde-se aí o importante – essencial, talvez – filtro de gramaticalidade. Em segundo lugar, os escritos dessas línguas que nos chegam são geral ou mormente de cunho literário, ou, ao menos, documental. E é possível que muito pouco reste neles da língua falada, quotidianamente, pelos cidadãos – mesmo porque tudo quanto há de sonoro tem de ser remontado e, factualmente, não pode ser muito mais que suposição. Estamos tratando de línguas que não mais são, mas restam, apenas. E temos delas o que e como a escrita guardou.

Do mesmo modo como isso não é motivo para abandonar as tentativas de abordagem lingüística objetiva dessas línguas, não é algo que possa ser ignorado. Daí se tem que, se pensarmos em realizar um trabalho exatamente par ao realizado com as línguas modernas, estaremos incorrendo numa prática falha. Porém, reconhecidas as diferenças, ambos os trabalhos passam a ser igualmente válidos. Veja-se que, conforme dito anteriormente, muitos aspectos das línguas clássicas são reconstituições. Mas essas reconstituições existem como hipóteses e, ao menos como tal, preenchem lacunas indispensáveis para a realização de eventuais análises. Bem, hipóteses como essas são construtos de estudo e não costumam ser problemas para a verdade das várias ciências, desde que admitidas suas possíveis imprecisões. E mais: o trabalho daqueles lingüistas que reconstituem línguas clássicas não pode ser ignorado, e há que se considerar que seus meios alcancem retratar e resgatar, se não todos, muitos aspectos dessas línguas, com o mínimo de sucesso.

2.1. AGRAVANTES: FONÉTICAS E FONOLOGIAS DE SONS PERDIDOS

Se já parece distante trabalhar com eventos sintático-semânticos de línguas em suspensão, voltar-se mais imediatamente ao contexto sonoro dessas línguas

¹ No sentido estrito de fonação dos grafemas.

parece impossível : por mais que a escrita, alfabética no caso do grego antigo, guarde, em algum sentido, elementos do estrato fônico, como reconstruí-lo a contento?

No caso específico da fonética, entendida como estudo do material sonoro efetivo de uma língua, obviamente, muito pouco se tem a fazer, visto que ela depende fundamentalmente da fala, que se dá em tempo. Nesse caso, então, estudos fonéticos, ou com pendores fonéticos, caminham necessariamente junto aos fonológicos (um como auxiliar ao outro) e têm lugar enquanto tentativas de reconstituição dos sons da fala para correspondentes dados da escrita. Porém quanto ao pensar a fonologia, talvez convenha relembrar a elementaridade da distinção de que se valia Trubetzkoy: a fonética procura descobrir o que de fato se pronuncia ao falar uma língua, e a fonologia o que se crê pronunciar.² Daí se tem que a escrita, a princípio, é mormente fonológica do que fonética, visto que no advento de uma escrita – notadamente no das silábicas e alfabéticas – se marca em grafemas **aquilo que se crê falar e ouvir**, não o que de fato se fala e ouve.

Desse modo, a escrita parece um instrumento bastante legítimo no trabalho com fonologia, desde que não se tenha tornado extremamente obsoleta em relação à prática oral efetiva. A cristalização na escrita de fenômenos que na fala não mais se manifestam, ou seja, a conservação de fatores que têm razão etimológica de ser, porém não mais são verificáveis na prática da relação som-escrita, desmentiria a eficácia e a validade do uso da escrita para a realização de uma **descrição fonológica sincrônica** da língua.

Quanto ao GA, não podemos saber com certeza absoluta em que medida a escrita reproduz sincronicamente um estado da língua. Sem dúvida é possível afirmar que há detalhes conservados por essa escrita que, comuns aos registros arcaico e clássico, são mais etimológicos do que práticos. Contudo, a reentrada da escrita ou o estabelecimento da escrita alfabética — na Grécia Antiga — deu-se por volta do século VII a.C., período arcaico. São pouquíssimos os escritos que remontam a esta época, mas por eles se pode vislumbrar que a ortografia ainda não fora fixada, e o mesmo ocorre com o alfabeto e sua correlação com sons da fala. Em Atenas a primeira fixação oficial do alfabeto grego data de 453 a. C.³. Através dela, tenta-se consolidar e manter, por meio dos instrumentos oficiais, uma correspondência unívoca entre os grafemas e os sons, ou simplesmente regularizar aproximações entre suas escrita e fala que os cidadãos vinham realizando a seu modo. Letras, estrangeiras ou arcaicas, que representavam sons não pronunciados pelos habitantes da Planície Ática foram excluídas. Há também no período clássico um sutil crescimento no uso documental, público, inclusive, da escrita. Uso relativamente novo de um material renovado. Desse modo, é bastante provável que a escrita tenha conservado materiais fonológicos da língua falada em Atenas, no período clássico, consideravelmente legítimos.

² TRUBETZKOY, N. A fonologia atual. In: DASCAL (1981)

³ HOFFMANN; DEBRUNNER; SHERER (1973).

3. SONDAGENS FONOLÓGICAS DO AUMENTO DE PRETÉRITO EM GREGO ANTIGO

Antes de passarmos a análises detidas do aumento, é conveniente observar algumas descrições fonético (?) - fonológicas, parciais, da língua em questão e suas supostas conseqüências fonéticas. Como costuma acontecer – no trabalho com tais antigüidades ainda mais do que em outros – pontos pacíficos nas discussões e certezas absolutas são escassos. Tanto que, na seqüência, apresento dois possíveis sistemas vocálicos, com suas expectativas de realização sonora, especulativas, mas justificadas sempre, de realização fonética pelos habitantes da Planície Ática em meados do século IV antes de Cristo.

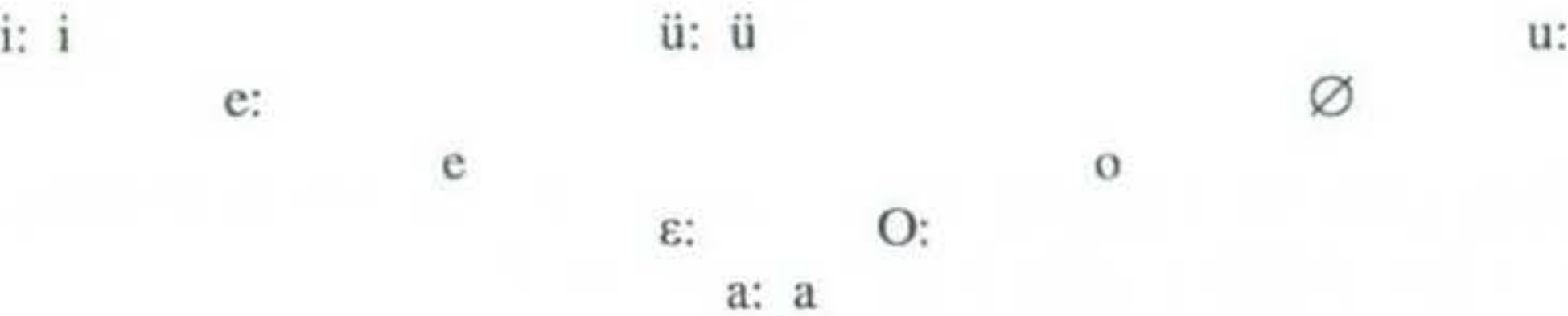
A começar pelo incontestável, o GA, tem o seguinte conjunto de grafemas (letras ou conjuntos delas) para vogais: α, ε, η, ι, ο, ω, υ, ει, οῦ. Considerando as tentativas de reconstrução dos padrões sonoros das línguas clássicas realizadas sobretudo no último século (XX) e suas propostas de pronúncia reconstituída para o GA, estes símbolos alfabéticos representariam, a princípio, respectivamente :

- 1) os sons /a/ longo e breve indistintamente;
- 2) o /e/ fechado e breve;
- 3) o /ε/, aberto e longo;
- 4) o som vocálico / i /, longo tanto como breve, e a semivogal ou glide /y/;
- 5) o /o/ fechado e curto;
- 6) o /O/ aberto e longo;
- 7) /ü/ longo e breve, assim como a semivogal/glide /w/;

Quanto a 8) e 9), apesar de aparentemente ditongos, seriam grafemas com função de dígrafos, representando, respectivamente, as vogais longas /e:/ fechado e /o:/ longo e fechado, ou /u:/.

Esse é um quadro bastante aceito, porém não definitivo ou único, visto que aí começam as dissidências. Abaixo seguem dois esquemas vocálicos, com sutis distinções entre si, adotados pelos autores cujas opiniões serão mais centralmente discutidas neste trabalho.

SOMMERSTEIN (1973) sugere o seguinte esquema vocálico:



Grafia com alfabeto grego:

ι	ε	α	ο	υ	ι ⁴	ει	η	α	ω	ου	υ	
Som e traços :												
i	e	a	o	ü	i:	e:	ε:	a:	ɔ:	u:	ü:	
+	-	-	-	+	+	-	-	-	-	+	+	alto
-	-	+	-	-	-	-	+	+	+	-	-	baixo
-	-	-	+	+	-	-	-	-	+	+	+	arred
-	-	+	+	-	-	-	-	+	+	+	-	post

Já HAAS (1988) crê que a passagem de /o:/ para [u:] seja tardia, seguindo a datação de Ruijgh (1984), que loca a mudança no começo do terceiro século a.C. Do mesmo modo procede com a admitidamente difícil datação do processo de **frontalização** do som arredondado e alto [u] (longo e breve). Assim, seu esquema vocálico, que é o que adotamos daqui por diante, se aproximaria do seguinte.

i: i												u: u
	e:											
		e										
						ε:		ɔ:				
								a: a				

Grafia com alfabeto grego:

ι	ε	α	ο	υ	ι	ει	η	α	ω	ου	υ	
Som e traços :												
i	e	a	o	u	i:	e:	ε:	a:	ɔ:	o:	u:	
+	-	-	-	+	+	-	-	-	-	-	+	alto
-	-	+	-	-	-	-	+	+	+	-	-	baixo
-	-	-	+	+	-	-	-	-	+	+	+	arred
-	-	+	+	+	-	-	-	+	+	+	+	post ⁵

Importante observar aqui que a quantidade (duratividade) das vogais é distintiva, e admitida como tal de modo praticamente unânime. O mesmo não ocorre, por exemplo, com a abertura das homorgânicas.

3.1 O AUMENTO

Observemos as formas de presente e imperfeito de alguns verbos do GA. O radical, **sempre idêntico** para os dois tempos, aparece grifado no presente.

⁴ Tanto iota como úpsilon, representam , na escrita do GA os glides/semivogais y, w, em ditongos. Isso é ponto pacífico na doutrina.

⁵ Originalmente: *high, low, round, back*. HAAS (1988, p 97).

PRESENTE (1. ^a p. s.)	IMPERFEITO (1. ^a p. s.)	TRADUÇÃO
1) 'p ^h <u>e</u> wgɔ:	'ep ^h ewgon	'fugir'
2) e't ^h <u>e</u> lɔ:	'ε:t ^h elon	'querer'
3) 'agɔ:	'ε:gon	'conduzir'
4) 'grap ^h ɔ:	'egrap ^h on	'escrever'
5) ^h o'p <u>l</u> idzɔ:	^h ɔ:plidzon	'armar'
6) ^h ike'tewwɔ:	^h i:'ketewwon	'implorar'
7) ^h u'b <u>r</u> idzɔ:	' ^h u:bridzon	'transgredir'

Podemos observar que como regra de formação do imperfeito temos :

Aumento + radical de presente + desinência secundária (de passado).

É comum encontrar em gramáticas e trabalhos lingüísticos o aumento dos tempos verbais imperfeito e aoristo do grego antigo classificado como um prefixo. De fato se trata de um elemento realizado no início da raiz verbal : antes de sua primeira sílaba ou nela. Como podemos notar nos exemplos acima, ele varia sua forma de realização de acordo com o verbo a que se vincula. Na maioria dos verbos iniciados por vogal, por exemplo, constitui-se de mudanças de quantidade e, às vezes, de qualidade nesse som vocálico inicial. Já para as raízes iniciadas em consoante, o aumento manifesta-se comumente como uma sílaba /e/ anteposta ao radical. Daí se tem que não é pertinente pensar o aumento como um prefixo, com uma determinada forma material pré-estipulada. O aumento não é uma partícula pré-formada e configurada morfo-foneticamente para além de seu vínculo com o radical verbal.

Contudo, observando o exemplo 1, é relativamente fácil compreendê-lo desse modo. Trata-se, pois, de um prefixo – um som /e/ epentético – que adere ao radical verbal como requisito da formação do imperfeito, juntamente com a substituição da desinência de presente pela de passado. Num primeiro momento, então, somos levados a pensar a existência desse mesmo /e/, modificado por regras de coalescência vocálica, por exemplo, diante dos verbos em vogal. Mas não é o que ocorre. Vejamos os exemplos 2, 3, 5, 6 e 7. É de se notar que as vogais tornam-se longas em todos os casos. A alteração de duração é geral, mas há as que mudam não só quantitativamente, como qualitativamente. Se tentássemos aqui continuar a supor que se trata de um prefixo /e/ adicionado aos verbos, contaríamos com um amparo lógico: o resultado da coalescência de vogais é sempre uma vogal longa. Porém, as

oriunda do proto-ático. A mudança de qualidade vocálica é um resíduo sincrônico dessa anteriorização histórica. Em ático clássico esse /a:/ só não anterioriza após /e/, /i/ e /r/, segundo SOMMERSTEIN, uma classe natural estipulada pelos traços segmentais [+alto, -posterior], que passam a funcionar como distintivos de tal classe a partir do momento em que o autor supõe que as realizações pragmáticas (de pronúncia) efetivas para essas formas eram /i/, /y/ e /r/, respectivamente.

Quanto à abertura – traço [+ ou – baixo] – das demais vogais mencionadas, uma possível explicação surge-nos, quando o autor afirma não ter verificado em GA evidências de que as vogais curtas sejam pronunciadas de modo menos extremo (mais médias e mais centrais) que as correspondentes longas. Ele aposta mais na tensão das vogais do que no abaixamento delas como traço distintivo. Porém na mencionada regra do aumento também não surge nada especificando possíveis mudanças no tensionamento vocálico, e o ponto em questão permanece obscuro.

SOMMERSTEIN chama o aumento por prefixo, no entanto, sua abordagem do fenômeno não permite entendê-lo como tal. No caso da aplicação do aumento aos contextos vocálicos, a regra proposta não evidencia qualquer processo de prefixação.

HAAS (1988), por sua vez, realiza uma análise do fenômeno que nos permite concebê-lo como prefixo. Primeiramente, o autor admite como o mais pertinente para o GA o sistema vocálico apresentado na matriz de traços já apresentada acima. Porém reconhece a assimetria desse sistema (5 vogais curtas correspondem a 7 longas) como aparente, ou apenas significativa na estrutura superficial ou fonética. Para o autor, na verdade o sistema é simétrico, ou, ao menos, tende à simetria, visto que são raras as raízes que contêm as vogais médias longas /e:/ e /o:/. Some-se a isso o fato, mais relevante para a argumentação do autor, de que, no ático, tais vogais são derivadas da contração de /e+e/ ou /e+o/ ou de aumentos compensatórios. Desse modo, em itens lexicais não derivados, não haveria oposição aberta/ fechada aplicável ao grupo das vogais médias. Todas as vogais médias não derivadas teriam sua pronúncia relativamente aberta. Não há o que contestar quanto à verdade disso na língua. Porém, vale notar que, a nosso ver, essa é uma abordagem com pendores diacrônicos, o que cria uma dependência “histórica” para as regras elaboradas a partir dessas observações. Isso, se problemático, é também inevitável, visto que, não lograremos, como se verá adiante, descobrir regras mais respeitantes de uma certa observação sincrônica para o tratamento da mudança de abertura das vogais médias no aumento.

Ainda definindo seu sistema vocálico do GA, HAAS parte da distinção entre estruturas superficiais e profundas e acaba por adotar uma teoria da subespecificação (*underspecification theory*). O primeiro princípio da teoria a ser observado é que toda a informação que é expressável por uma regra é omitida da representação da estrutura profunda (*underlying representation*). Assim, somente faturas de traços que sejam distintivas numa certa classe de sons são especificadas, com algum valor, para os membros dessa classe. Os valores faltantes são preenchidos fora dos diagramas de traços, por regras de redundância. Some-se a isso o fato de apenas

informações (traços, por exemplo) consideradas indispensáveis para distinguir os valores sonoros lexicais entre si devem ser colocadas em jogo.

Apesar de apresentar o sistema vocálico acima, HAAS acaba por valer-se de um diagrama vocálico em conformação com essas teorias de mínima especificação, cuja matriz se compõe dos traços essenciais distintivos [+/- alto], [+/- aberto], [+/- arredondado]. Nessa matriz, a vogal média /e/ resta completamente inespecificada⁷. Daí HAAS caracterizá-la como vogal *default*.

E este fato, de extrema importância para o desenvolvimento das análises do autor e nossa é exemplificável e atestado por fenômenos do GA. Um dos membros das alternâncias vocálicas do GA é sempre /e/. Vejam-se os seguintes radicais: *astu-/aste-* (cidade, mercado), *genos-/genes-* (família), *poli-, pole-* (estado), *-ka-/ke-* (sufixo de perfeito). Trata-se de casos de alternância obtida por desligamento (*delinking*) dos traços vocálicos das camadas abaixo do *skeleton*. Restam as posições vocálicas vazias, e, por regras de redundância, como veremos com detalhes adiante, conforma-se a vogal *default* /e/. Na 3.^a pessoa do singular dos verbos no imperfeito, a desinência secundária é morfologicamente admitida como Ø. Porém, o que se manifesta ali em seu lugar é uma vogal /e/ breve. Veja-se, a exemplo, *ébaine* ‘ele caminhava’, radical verbal *bain*. Nesses casos todos, teríamos, por uma ou outra razão a formação de uma posição vocálica vazia (*bare V-slot*) que, por regras específicas de redundância resultariam na vogal não especificada.

É sobre esse mesmo princípio que se fundamenta a regra de aumento sugerida por HAAS. O aumento seria, a princípio uma posição vocálica vazia somada ao verbo, do que decorre a seguinte regra de aumento :

- a) prefixar a posição vocálica (*V-slot*) ao verbo;
- b) associar a posição V à vogal acessível na camada (*tier*) melódica.

Pela aplicação da regra, se o verbo inicia-se por vogal, o espraçamento é imediato. Já se o verbo inicia por consoante, o espraçamento automático é bloqueado: violando o princípio de boa formação, as linhas de associação entre camadas cruzariam. Sendo assim, o *V-slot* fica alocado antes da consoante. O surgimento do som [e] provém da aplicação das seguintes regras de redundância, particulares ao GA, que, partindo da característica de vaziedade, ou não marcação dos traços no *V-slot*, levam à vogal *default*.

7

	i	e	a	o	u	i:	e:	a:	o:	u:
alto	+				+	+				+
baixo			+					+		
arred.				+	+				+	+

a) regras *default*⁸

b) regras de redundância

[] > [-alto]

[] > [-aberto]

[] > [-arred.]

[+aberto] > [-alto,+posterior]

[+alto] > [-aberto]

[+baixa] > [-arred.]

[α arred]. > [α posterior]

A vogal default /e/ deriva da aplicação dos 3 tópicos em a e do quarto tópico de b. Para ilustrar os processos mencionados acima, vejamos os exemplos que se seguem.

c) Verbo em consoante recebe o a posição vocálica vazia. Como espraçamento é impedido pelo cruzamento de linhas, entram em ação as regras de redundância que partem dos valores não especificados para V e chegam à vogal-aumento [e].

C V V	V- C V V- V C	V C V V V C	‘perder’
\ /	\ /	\ /	
l u:	l u: o n	e l u: o n	

d) O verbo em vogal recebe a posição vocálica vazia o espraçamento até a vogal adjacente é imediato e reflete-se, a princípio, num aumento moraico.

V- C C	V V- C C V V	V- V- C C V C	‘perecer’
	\	\ /	
e r r	e r r o n	ε: r r o n	

V C	V- V C - V C	V V C V C	‘conduzir’
	\	\ /	
a g	a g o n	ε: g o n	

Novamente aqui se pode ver a frustração do aumento de /a/ para /a:/. HAAS retoma aqui SOMMERSTEIN e igualmente admite se tratar de uma anteriorização residual sincrônica, originada na mudança de /a:/ para /ε:/ no proto-grego. A solução apela para o diacrônico, e faz uso de estruturas realmente remotas na história da língua (no caso, a uma língua anterior e, em essência, alheia ao grego antigo). Nenhum dos teóricos acima parece solucionar essa alteração de qualidades vocálicas a contento. E como nós, do mesmo modo, não alcançamos fazê-lo, permanece esse como, talvez, o menos explicado dos mecanismos do fenômeno.

⁸ Regras de redundância partindo de valores não especificados.

Já a abertura das vogais médias, como, no exemplo acima, a passagem de /e/ para /ɛ:/, quando o esperado seria o /e:/ é explicada por uma regra que HAAS denomina *Stem Vowel Lowering* (SVL)

$$\begin{array}{c}
 [-\text{alta}] > [+baixa] / [\dots \text{---} \text{---} \dots] \text{ stem} \\
 \qquad \qquad \qquad / \qquad \backslash \\
 \qquad \qquad \qquad \text{V} \qquad \text{V}
 \end{array}$$

Vale também lembrar que a abertura no caso das vogais médias aqui se explica, antes, por outra observação de HAAS. As médias fechadas originam-se de processos de aumento compensatório e de coalescência vocálica. O processo do aumento não é precisa ou caracteristicamente de coalescência e se dá prioritariamente ao nível do *skeleton* ou *timing tier* : uma só vogal é associada a duas posições dessa camada.

Até agora, não observamos a contento um grupo, bastante numeroso, de verbos : os começados pela aspiração /h/. Vejamos, novamente, os exemplos de 5 a 7. Essa aspiração — uma consoante? — aparece somente nesse contexto. SOMMERSTEIN denomina a aspiração por glide. E trata esse grupo de verbos juntamente com os começados por vogal, tanto que aparece a aspiração facultativa em sua regra de aumento para os verbos em vogal. Trata-se de uma abordagem que não chega ao estrato fonológico em si. A regra faz simples menção à possível existência dessa aspiração, e, no máximo a descreve, mas não traz, a nosso ver, interpretação alguma do fenômeno. Talvez o fato de considerar o /h/ um *glide*, não admitindo-o, portanto, como consoante, escuse a aplicação das regras de consoante para ele. Continua, em todo caso, inexplicado seu comportamento no aumento vocálico.

Quanto à abordagem de HAAS, tem-se o /h/ tratado como uma consoante. Contudo, em suas palavras, uma consoante transparente, que só tem especificados os valores para a fatura do nó laríngeo e não impede o espraimento da posição vocálica vazia para a vizinha. Não sem exigir uma regra de migração para o /h/, que deve ser movido da posição intervocálica para a inicial. Esta regra deve anteceder a associação da posição vocálica vazia à vogal acessível na camada melódica. Tal compreensão do fenômeno para os verbos aspirados suscita dúvidas, a princípio. Porque isso se daria com esta consoante e não com outras quaisquer? Porque a sua transparência ou a especificação apenas a nível do nó laríngeo justificariam a migração da consoante? Talvez o fator realmente relevante para a regra de migração seja uma outra regra, de disposição silábica da língua, que impede a locação do /h/ em qualquer outra posição que não o início da palavra precedendo vogal.

Há ainda que observar que o /h/ ganha títulos de consoante por seu comportamento sonoro, mas não se comporta, no âmbito fonológico, exatamente como tal. Vejamos os exemplo abaixo:

- | | | |
|----------------------------------|----------------------------|-----------------------|
| 8) e'pi 'no: | e'pi 'no: | ' sobre a mente' |
| 9) e'pi an't ^h ɾɔ:po: | epan't ^h ɾɔ:po: | ' sobre o ser humano' |

10)e'pⁱ h'ippo: e'p^h h'ippo; 'sobre o cavalo'

Em 3 vê-se que a aspiração /h/ não impede a queda da vogal /i/ , como as demais consoantes (vide 1), nem age como a vogal em 2. A queda do /i/ é permitida, mas o “traço” de aspiração passa para a consoante da preposição /epi/, e temos a grafia, e, obviamente, a pronúncia, desta alteradas de π [p] para φ [p^h] :επι / εφι.

Há que se observar ainda outro pequeno grupo de verbos, geralmente tratado, nas gramáticas, como representantes de diferentes exceções a possíveis regras de aumento. Vejamos, nos exemplos abaixo, um representante de cada exceção.

PRESENTE (1. ^a p. s.)	IMPERFEITO (1. ^a p. s.)	TRADUÇÃO
11)'ek ^h ɔ:	'e:k ^h on (e não 'ε: k ^h on)	'ter'
12) ec: 't ^h ɔ:	e'ɔ:t ^h on (e não 'ε :t ^h on ³⁶)	'empurrar'
13) ^h o'raɔ:	^h e'ɔ:raon (e não ^h ɔ:raon)	'ver'

Em 12, o que temos é um aumento silábico onde era esperado um temporal. Historicamente, trata-se de um verbo que tinha um início consonantal, provavelmente /s/. Cremos, portanto, haver, não mais uma consoante em seu início, mas uma posição consonantal vazia. Esta impediria a ligação da posição vocálica vazia, que é o aumento, à vogal vizinha e a manteria isolada, forçando a formação das características locadas nas camadas abaixo da esquelética pelas regras de redundância propostas por HAAS, já citadas. O que se dá com 11 é, a princípio, exatamente o mesmo processo, embora menos visível. Relembrando a observação de HAAS, vogais médias fechadas e longas são fruto da fusão de vogais. O verbo em 11 teria um radical originário /sek^h/ e sofreria o seguinte processo:

PRESENTE (1. ^a p. s.)	IMPERFEITO (1. ^a p. s.)
C- ek ^h ɔ:	V- C- ek ^h on
	e-C- ek ^h on > e:k ^h on

Curioso, aqui, é que, apesar da posição consonantal vazia, as duas /e/ contraem para um /e:/, longo. Seria essa contração realizada na estrutura superficial, guiada pela

³⁶ O comum é que verbos iniciados em vogal longa não sofram qualquer alteração nessa vogal quando aumentados, como em ^hε:su'k^hadzɔ: (pres.), ^hε:'suk^hadzon. Note-se que no exemplo apenas o acento e a desinência mudam.

fonação da palavra e por isso, possível? É uma resposta que não temos. Porém vale notar que as posições consonantais, vazias, ou especificadas apenas para as faturas laríngeas (como a aspiração /h/), reagem como consoantes em alguns contextos, mas não em todos.

Quanto a 13, a mesma explicação do radical iniciado anteriormente por consoante e, sincronicamente, iniciado por uma posição C vazia continua valendo. Ao considerar dados históricos, a consoante inicial, inclusive, era um digama, vertido, posteriormente, na aspiração /h/. Contudo a vogal radical de presente é curta (/o/), e a que aparece, no imperfeito, após o aumento silábico /e/ é longa. Trata-se de um caso, para nós, de explicação complexa, em que uma posição C vazia ao mesmo tempo em que aciona as regras específicas de redundância para acoplar valores à posição vocálica vazia do aumento, para realizá-la como /e/, permite a vinculação da vogal do radical /o/, curta, a mais uma posição V na camada esqueletal, para transformá-la em vogal longa. Acrescente-se à dificuldade de solução do exemplo o fato — e já que lidamos até aqui com alguns dados históricos, continuemos — de que a suposta posição consonântica inicial do verbo teria sido ocupada pela /h/. Sendo assim, por que essa aspiração se comportaria de modo tão diferente ao das outras? Que mecanismos estariam por trás desse comportamento? São soluções que não encontramos.

4. OUSADIAS : FINALIZANDO A CARACTERIZAÇÃO DO AUMENTO

Contatamos, até aqui, que o aumento, silábico como temporal, se dá pelo acréscimo de mais uma unidade de tempo, ao nível da linha esqueletal. Essa seria sua característica distintiva e importante — porque mais geral e abrangente— enquanto fenômeno lingüístico. Sendo assim, tratamos a regra do aumento como uma regra de acréscimo de uma posição a essa linha, ou de uma mora, realizável de modos diversos de acordo com o contexto. Acreditamos, no entanto, que isso não é tudo : essa posição vocálica “vazia” seria necessariamente [+ascendente] quanto ao tom, ou seja, acentuada — e, a nosso ver, esse acento é tão característico do aumento quanto a própria posição vocálica. Se observamos os exemplos de 1 a 7 com atenção percebemos que o aumento ou tem o acento em si, como em *'ep^hewgon*, *'ε:t^helon*, *'ε:gon*, ou o puxa para o mais próximo de si possível, como em *^hi:'ketewwon*, ou como no imperfeito de *pai'dewwɔ:* (educar), e *'paidewwon*.

Os teóricos abordados neste trabalho não compartilham dessa opinião. Como era de se esperar, por ser calcada em princípios da fonologia linear, a postulação de SOMMERSTEIN ignora, ou trata separadamente, os elementos ditos suprasegmentais. O autor, em momento algum admite sequer uma relação qualquer entre o acento tonal do verbo e o aumento. HAAS admite ser problemática a acentuação dos verbos aumentados e a analisa mui brevemente. O aumento, no que tange a acentuação, é visto pelo autor como um clítico preverbal que bloqueia a

acentuação de qualquer sílaba à sua esquerda”³⁷. É, de fato, um comportamento do aumento evidente em verbos como *e:’mi* (ser) em composição com alguns prevérbios. Veja-se o exemplo: *’pare:mi*, no imperfeito fica *par’ε:n*. Mesmo em verbos regulares, com esse ou outros prevérbios, se pode notar que o acento nunca vai à esquerda do aumento.

Mas nem a ausência de menção de SOMMERSTEIN, nem a opinião de Haas afetam nossa proposição inicial. Num primeiro momento pode-se até pensar que o acréscimo de um item silábico, ou mesmo temporal, ao início do verbo altere por si só o esquema acentual da palavra. Não é o caso, já que em cadeias acentuais habituais, ou seja, que não contam com a adesão de termos enclíticos, o acento de elevação tonal só pode ir até a terceira sílaba do fim para o começo. Isso se a última sílaba da palavra não for longa. Neste caso, a palavra só pode receber acento ascendente até a segunda sílaba após seu fim. Daí se tem que acréscimos no início da palavra não alteram em nada os dados relevantes para a acentuação³⁸. E a comprovação disso é empírica. A soma de prevérbios, por exemplo, ao radical verbal não altera a acentuação das palavras, dos verbos no presente, salvo muito raras exceções (verbo ser, por exemplo), mesmo que esses prevérbios sejam acentuados³⁹ em seu uso livre. Vejamos um exemplo. Se anexarmos ao verbo *’newwɔ:* (agitar a cabeça) um prevérbio, *e’pi*, que também existe como preposição e é acentuado, teremos *epi’newwɔ:*. O acento do verbo permanece o mesmo. Mas se o colocarmos no imperfeito, teremos *’enewwon*. O acento vai para o aumento, e não há regra de acentuação que justifique isso⁴⁰.

Reafirmamos, pois, que o acento é modificado pelo aumento, porque este é marcado pela elevação de tom. Cremos ser possível pensar que a adesão da posição vocálica vazia em que consiste o aumento ao radical verbal venha acompanhada do traço de elevação de tom. Como lembra GOLDSMITH (1990), tons são vinculáveis e vinculados a elementos na camada esquelética aos quais as vogais se ligam. Essa adesão e a nova acentuação verbal dela decorrente seriam, então, uma regra de primeiro ciclo. Após sua aplicação entram as regras de acentuação do GA mencionadas acima, de segundo ciclo (aplicadas em segundo lugar). Assim, acentos locados antes das posições permitidas pelas normas gerais de acentuação teriam seu traço de ascendência tonal desligado da posição V inicial e ligado à próxima

³⁷ HAAS (1988, p.123).

³⁸ Segue um esquema para facilitar a visualização das regras de acento do GA O b corresponde à sílaba breve e o l à longa.

1)+AC	2)	+AC	3)	+AC
b / l b/l b	b/l	b/l	b/l	b/l b/l

³⁹ A grande maioria dos prevérbios em grego antigo possui um uso independente, sendo sua anexação a radicais verbais possível, mas não necessária. Muitos são preposições, por exemplo.

⁴⁰ Vale lembrar que a última sílaba (desinência secundária de 1.ª p. s.) é breve.

posição V à direita. E a observação de HAAS, inclusive, corrobora isso. Se o aumento é marcado pelo tom alto (essa é uma regra de nível 1) e não há regra de acentuação do GA (que seria de nível 2) que proíba a ocupação de sua posição, não há o que mexer. Por que o acento espraia para a esquerda?

Há casos que parecem desmentir nossa suposição. Vejamos um exemplo do imperfeito da voz média do verbo *‘luʒ:* (perder): *elu’ome:n* (1.^a p. s.). Aqui, a última sílaba, desinência de passado da voz média, é longa. Se seguissemos a regra proposta acima, de espraio do aumento para a próxima vogal à direita, teríamos o acento em *lu*. No entanto tal locação contraria uma das regras elementares de acentuação do GA. Como a última sílaba é longa, a recessão máxima do acento é a segunda sílaba após o fim, no caso, o *o*. Daí podermos compreender que o acento sofre mudanças sucessivas de lugar, espraio-se para a vogal mais à direita, até atingir uma posição condizente com as regras de nível 2.

Casos ainda existem, por exemplo, no dialeto jônico, em qual HERÓDOTO, historiador do período clássico, escreve, de colocação dos verbos no imperfeito sem o uso do aumento, quando este é temporal. O imperfeito de um verbo como *ang’gellʒ:* pode surgir como *‘anggellon*, em vez de, como tipicamente, *‘e:nggellon*. Veja-se que é possível excluir o aumento temporal desse tipo de verbo, mas o acento é locado onde seria se o aumento não tivesse sido omitido. Vale lembrar que não há regra de acentuação que obrigue tal mudança, já que a sílaba *on* é breve. Num viés autosegmental, temos que o desaparecimento de um elemento não implica o desaparecimento de todos os seus traços. Aí, então o tom não some com a posição vocálica vazia a que estaria associado, mas anexa à outra mais próxima. Esse tipo de evento comprovaria, a princípio, as expectativas de que o tom alto seja marca — e característica fundamental— do aumento.

5 BIBLIOGRAFIA

- GOLDSMITH, J.A. **Autosegmental and metrical phonology**. Oxford : Blackwell, 1990.
- HAAS, Win de. **A formal theory of vowel coalescence : a case study of ancient greek**. Dordrecht : Foris publications, 1988.
- HOFFMANN, O.; DEBRUNNER, A.; SCHERER, A. **Historia de la lengua griega**. Madrid : Gredos, 1986.
- LIDDELL, H.G.; SCOTT, R. **Greek-english lexicon**. Oxford : Clarendon Press, 1996.
- SMYTH, H. W. **Greek grammar**. Harvard : Harvard University Press, 1994.
- SOMMERSTEIN, A. H. **The sound pattern of ancient greek**. Oxford : Blackwell, 1973.

TRUBETZKOY, N. A fonologia atual. In: DASCAL, M. (org.). **Fundamentos metodológicos da lingüística: fonologia e sintaxe**. Campinas : Editora do organizador, 1981.